



**ACÓRDÃO Nº540/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11996/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Manicoré
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Maria Adriana Moreira e Marcelo da Rocha Benlolo (Ordenadores de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 904/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Manicoré. Exercício de 2021.

*Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Manicoré, sob a responsabilidade do **Sr. Marcelo da Rocha Benlolo**, gestor no período de 04/01/2021 a 17/02/2021, nos termos do art. 22, inciso I da Lei nº 2423/96, dando-lhe quitação com fulcro no art. 23 da Lei n. 2423/1996;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Manicoré, sob a responsabilidade da **Sra. Maria Adriana Moreira**, gestora no período de 17/02/2021 a 31/12/2021, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2423/96;
- 10.3. **Aplicar Multa** à **Sra. Maria Adriana Moreira**, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Manicoré no período de 17/02/2021 a 31/12/2021, no valor total de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), pelo Achado 01 do Relatório



**ACÓRDÃO Nº540/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Conclusivo n. 292/2022-DICAMI (fls. 1.229/1.250), visto a remessa extemporânea ao TCE dos demonstrativos mensais referentes aos meses de abril, maio, junho, julho, setembro e dezembro/2021, elencado no Relatório/Voto, correspondente a R\$ 1.706,80 por cada competência atrasada, com base no art. 308, I, “a” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.3.1.** Fixar **prazo de 30 dias** para que a responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Recomendar** ao atual gestor do Fundo Municipal de Saúde de Manicoré que observe com maior rigor os preceitos do art. 76 c/c 78 da Lei 4.320/64, bem como da Resolução n. 04/2016-TCE/AM e da Lei de Licitações e Contratos quanto ao envio de parecer técnico, inventário e a designação de comissão para acompanhamento da execução contratual, respectivamente.

**10.5. Dar ciência** do decisório prolatado nestes autos ao **Sr. Marcelo da Rocha Benlolo e à Sra. Maria Adriana Moreira.**

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Março de 2023



**ACÓRDÃO Nº540/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral